

Carlos Magno Gomes¹

RESUMO

Este artigo traz uma proposta de leitura do texto literário a partir da ampliação do horizonte de expectativas das formas de violência de gênero na cultura e na literatura. Apresenta-se uma leitura de acordo com as reflexões antropológicas feministas para contos de Clarice Lispector, Nélide Piñon e Marina Colasanti, identificando as categorias centrais dessa violência. Metodologicamente, este trabalho delimita as formas de violência de gênero em torno da crise da masculinidade presentes nas representações do estupro e do feminicídio. Esses tipos de violência são partes das relações sociais conforme Henrietta Moore e Lia Zanotta Machado.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de gênero, estupro, feminicídio.

ABSTRACT

This article presents a proposal to read the literary text from the broader horizon of expectations of forms of gender violence in culture and literature. A reading from the feminist anthropological reflections to the stories of Clarice Lispector, Nélide Piñon and Marina Colasanti is presented, identifying the central categories of this violence. Methodologically, this work defines the forms of gender violence around the crisis of masculinity present in the representations of rape and femicide. These forms of violence are part of social relations, according to Henrietta Moore and Lia Zanotta Machado.

KEYWORDS: gender studies, rape, femicide.

A crítica cultural apresenta um leque de opções de releituras da história da literatura a partir da agenda proposta por diferentes campos de pesquisa: Estudos Culturais, Pós-colonialismo e Feminismo, entre outros, que questionam as abordagens universalizantes do sujeito unificado. Tais campos de investigação também podem ser explorados para a recepção de textos literários com o propósito de ampliar o horizonte

¹ Professor Associado da UFS/CNPq. Pesquisador em estágio de pós-doutorado em Antropologia Social (PPAS/UnB). E-mail: calmag@bol.com.br

de expectativa acerca das questões raciais, coloniais e de gênero, descentrando conceitos e fragmentando verdades.

Dando continuidade a essa agenda, reforçamos a necessidade de abordagens interpretativas que questionam os sentidos canonizados da desigualdade de gênero no texto ficcional. Para isso, precisamos questionar valores misóginos presentes na cultura popular que insistem em manter a violência contra a mulher como uma questão de domínio do poder/honra masculina. Essa lógica, própria do contexto patriarcal, faz parte da estrutura narrativa de diversos clássicos brasileiros, como *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis, e *Gabriela Cravo e Canela* (1958), de Jorge Amado. Nessas obras, a manutenção da honra masculina reforça a violência de gênero como parte das normas que punem e castigam tanto a mulher suspeita de infidelidade quanto a adúltera.

Diante desses comportamentos que pregam a punição da mulher, pretendemos ampliar os conceitos e as categorias da violência de gênero para que possamos investigar com mais profundidade os dispositivos de controle que dão sustentação a crimes dessa natureza na cultura brasileira. Além disso, em uma abordagem panorâmica, priorizamos como *corpus* os contos de autoria feminina, nos quais esse tipo de violência foi questionado pela escritora brasileira. Nosso estudo tenta identificar como tais registros foram feitos antes da proclamação da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã.

Para este artigo, vamos interpretar a representação literária da violência a partir do arcabouço teórico e estatístico da antropologia. Entre os textos literários que fazem parte deste estudo inicial, destacamos “Sangue esclarecido” (1973), de Nélide Piñon, “A língua do ‘P’ (1974), de Clarice Lispector, e “A roupa no varal” (1986), de Marina Colasanti. Metodologicamente, dialogamos com os estudos de Lia Zanotta Machado e Henrietta Moore, que ressaltam a luta pela igualdade de gênero como uma

agenda constante do feminismo. Nesse caso, devemos levar em conta tanto questões estruturais como subjetivas para entendermos a “crise” da representação da masculinidade por trás da violência contra a mulher.

Assim, a ampliação do horizonte de expectativas desse tema tem como meta uma reflexão crítica acerca de normas sociais que ainda são aceitas simbolicamente, visto que “os poderes constituídos e legitimados em meios sociais e institucionais da naturalização da desigualdade de gênero produzem a alta tolerância em relação à violência contra as mulheres presentes nos meandros da sociedade brasileira” (MACHADO, 2014b, p. 124).

Historicamente, a violência é guiada por normas culturais que reforçam as tênues fronteiras entre o masculino e o feminino, permanecendo o feminino atrelado ao submisso e ao normatizado.

Nossa proposta está articulada a partir da comparação entre dados antropológicos sobre a violência de gênero e as formas ficcionais dessa representação. Tal base interpretativa é sustentada pela abordagem de revisão dos aspectos ideologicamente considerados naturais para a construção das identidades masculina e feminina. Com isso, promovemos o questionamento da submissão feminina e os estereótipos masculinos por meio da revisão das representações fixas e padronizadas de gênero, que, como parte da cultura, faz parte de um “processo de significação ideológico”, que é contínuo e está sempre significando e ressignificando por meio de um processo sem fim (HALL, 2003, p. 362).

Com essa perspectiva, exploramos o ponto de vista feminista como intertexto cultural que se posiciona contrário à “unilinearidade” dos sentidos da representação de gênero. Essa postura crítica busca descentrar os modelos tradicionais e a noção transparente de comunicação, visto que o “sentido sempre possui várias

camadas, de que ele é sempre multirreferencial” (HALL, 2003, p. 354). Essa abordagem amplia os sentidos das representações da violência contra a mulher, ao contestar as normas culturais que reduzem a violência a uma forma de dominação e controle masculinos.

A violência de gênero no Brasil

Os crimes contra a mulher fazem parte das altas taxas estatísticas sobre a violência no Brasil. Muitos estudos apontam para os problemas da segurança pública em diferentes esferas públicas. Na história brasileira, também há diferentes episódios marcados pelo uso da violência como forma de controle e manutenção da ordem. Entre eles, destacamos a exploração colonial, o genocídio de índios e o tráfico negreiro, como crimes legislados; em diferentes momentos, o estupro de mulheres e o linchamento de vítimas eram praticados como formas de dominação e defesa pessoal. Esses episódios, seja na esfera governamental, seja na vida privada, deixam as marcas da agonizante violência imposta aos mais fracos (GINZBURG, 2012, p. 124-125).

No Brasil, a violência contra a mulher é preocupante, pois é vista como uma epidemia social tanto pelo Estado como pelos cidadãos. Conforme pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, essa violência tem números de guerra, visto que cerca de 68% dos casos de agressão e estupro contra a mulher estão entre os crimes mais cometidos por homens que, quase sempre, fazem parte das relações familiares (BRASIL, 2014).

Para a população brasileira, os crimes de gênero têm uma relação direta com o espaço da família. Para 70% dos entrevistados, as vítimas sofrem mais violência dentro de casa. Isso fica mais claro quando observamos que 51% das mulheres se

sentem inseguras dentro dos seus lares. Com a divulgação dos direitos da mulher, destas, 86% passaram a denunciar mais após a criação da lei Maria da Penha (BRASIL, 2014).

Tais dados assustam por evidenciarem uma consciência coletiva de que se trata de uma violência praticada por um homem com que a vítima mantém ou manteve relações. Entre as justificativas masculinas mais comuns para a prática da violência está o uso do álcool e das drogas, a “perda da cabeça” por ciúmes, a insegurança de uma possível traição, a vingança por ter sido trocado por outro, entre outras. Essas justificativas fazem parte de uma estrutura social guiada pelo preconceito de gênero, do qual as “mulheres são predominantemente alvos de atos cotidianos e crônicos de violência física, sexual e psíquica” (MACHADO, 2010, p. 63). Nesse contexto, as diferentes formas de agressão fazem parte das regras de manutenção da ordem ou da imposição da masculinidade.

Essa violência sexual acontece, em muitos casos, no espaço doméstico, mas fora das relações matrimoniais, nas relações entre padrão e empregada. Em um estudo sobre a violência sexual sofrida por essas empregadas no Brasil, Sonia Roncador expõe a “sujeira” das famílias burguesas por meio dos testemunhos dessas profissionais. Nesses relatos, fica exposta a violência sexual sofrida por elas, trazendo “à tona a dimensão suja e grotesca, do ponto de vista burguês, do trabalho doméstico feminino” (2012, p. 232). Roncador constata que tal prática é herdada dos tempos da casa-grande, impondo o silêncio como norma por meio de humilhações e desqualificações dessas mulheres (2012, p. 234).

Para este artigo, estamos delimitando a violência de gênero ao processo de imposição da agressividade da opressão masculina como um padrão de subjugação de mulheres. Esses crimes podem ser tipificados como assédio moral, violência física, violência sexual, cárcere privado e feminicídio. Os agressores são homens que

normalmente impõem a violência como padrão de controle. Por isso, estamos preocupados com a noção do sujeito como lugar de subjetividades múltiplas e potencialmente contraditórias, quando pensamos na representação da masculinidade e da feminilidade.

Com esse propósito, destacamos o conceito de gênero como uma “construção cultural transformável”, que sofre mudanças no processo de identificação e questionamento das práticas sociais. Esse processo de identificação não é fixo, nem unilateral, pois “ao se pensar o conceito de gênero como construção cultural transformável, em termos acadêmicos antropológicos, torna-se claro que não há identidades, mas identificações em processo, jamais identidades eternas e uniformatadas” (MACHADO, 2014, p. 18).

Nesse debate sobre identificações masculinas e femininas, queremos incluir reflexões sobre as subjetividades que fazem parte das contradições identitárias. Nas representações sociais dos sujeitos masculinos e femininos, a subjetividade é parte do jogo identitário gênero/sexo, deslocando os padrões fixos ou coerentes, uma vez que “os indivíduos constituem seu sentido de si mesmos – suas auto-representações como sujeitos – por referência a várias posições de sujeito frequentemente contraditórias entre si e não a uma posição singular de sujeito” (MOORE, 2000, p. 23).

De acordo com Machado, “a questão de gênero implica não só o modo pelo qual “eu/ele” me constituo como estilo feminino, masculino, como “eu/ele” penso etc., mas também implica em determinadas formas de sexualidade que exercem” (2014, p. 16). Portanto, a construção da identidade de gênero é construída de diferentes formas conforme as opções subjetivas que atravessam essa construção, visto que “indivíduos são sujeitos multiplamente constituídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais” (MOORE, 2000, p. 22).

Na continuidade, passamos a comentar como a crise da masculinidade é representada nos textos ficcionais das décadas de 70 e 80. Escolhemos três contos que questionam a força e a violência como partes de uma crise de identidade masculina.

Da violência à questão de honra

Nélida Piñon explora a violência de gênero em “Sangue esclarecido”, da coletânea *Sala de armas* (1973), por meio de uma releitura simbólica da agressão masculina como algo sem explicação. Essa violência gratuita que brota do homem como condição de sua masculinidade é exposta de forma irônica associando a força à estupidez. Esse conto traz uma versão da violência de gênero como uma herança maldita dos homens. O protagonista é um agressor que usa a violência como única forma de se comunicar com as mulheres. O embrutecimento do homem e a aceitação das mulheres se relacionarem com esse sujeito traz um final trágico como próprio da desigualdade de gênero.

Desde o início, o protagonista do conto de Piñon mostra-se impiedoso, desprezando os carinhos das mulheres: “Dominou a mulher com falhas e prejuízos cuspidos-lhes em seguida no rosto, para que ela não o desmascarasse” (PIÑON, 1981, p. 146). Nesse caso, a violência masculina é retratada como uma forma de comunicação punitiva. Lia Zanotta Machado chama atenção para o “excesso de masculinidade” presente em indivíduos que primam pela força, quando querem controlar o corpo da mulher, em casos de violação sexual: “a violência não precisa ter razões outras além da afirmação do poder de violência, que passa a ter exclusivamente uma ação especular: inscrever um herói sacrificador”. (MACHADO, 1998, p. 255).

No conto, a construção hiperbólica dessa violência serve de alerta para o egoísmo desse personagem que só pensa em si. Ele tem três relacionamentos trucados

e mantidos com base na opressão e nos castigos corporais e sexuais impostos a suas companheiras. Aos poucos, ele se desinteressa pela relação. Incapaz de amar a outra, torna-se prisioneiro de sua agressividade. Por isso, vive fugindo desse isolamento violento.

No último encontro com uma mulher, o conto descreve o descontrole gratuito desse homem em crise com sua identidade: “Menina, o que eu farei com você, para fazer alguma coisa em mim? Enquanto apertava aquele pescoço, ouvia o ruído das coisas gentis espatifando” (PIÑON, 1981, p. 150).

Ao eliminar a mulher ele também destruí o mundo subjetivo que ele não entendia. Por se sentir um estranho no espaço da afetividade, ele passa a usar força até eliminar o universo subjetivo da mulher: “Depositou-a no chão, cuidou de cerrar seus olhos, olhos espantados, ainda lambendo a língua espremia para fora” (PIÑON, 1981, p. 150). A descrever esse homem em crise com sua masculinidade, o conto de Piñon apresenta uma releitura da cegueira masculina que só enxerga a si mesmo e entra em crise quando não tem condições de penetrar o universo subjetivo da mulher.

Nesse conto, Nélida Piñon explora o tema da violência contra a mulher como próprio de uma estrutura que impõe a força e a violência como código de poder. Uma das faces mais conhecidas dessa estrutura está relacionada ao “estupro”. Tal prática é considerada como hedionda, mas os agressores justificam tal violência como uma marca da masculinidade. Nesses casos, predomina o imaginário dominante da virilidade, no qual “apoderar-se do corpo da mulher é o que se espera de uma função viril. O ‘não’ da mulher, ou o ‘medo’ da mulher aparecerem como construtivos do desejo masculino” (MACHADO, 1998, p. 251).

Essas questões detectadas nos estudos de Lia Zanotta Machado são descritas, por Clarice Lispector, como parte da violência estrutural, no conto “A língua

do “p”, da coletânea *A via crucis do corpo* (1974). Esse texto narra o assédio sexual contra a mulher fora do espaço da casa, abrindo o debate para o sacrifício da vítima como parte do desejo de violação do corpo feminino. Nesse contexto ficcional, a autora brinca com as fantasias sexuais de homens e mulheres e satiriza a opressão sexual como parte da violência social.

Esse conto constata a violência sexual masculina com a virgindade do corpo de Cidinha, uma “professora de inglês” em um trajeto entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Dois estranhos passam a planejar a violação por ela estar bem vestida por meio de uma linguagem cifrada, a língua do “p”. Como Cidinha tinha aprendido esse jogo de palavras quando criança, entrou em pânico quando traduziu o plano dos dois: “queriam dizer que iam currá-la no túnel... O que fazer? Cidinha não sabia e tremia de medo” (LISPECTOR, 1998, p. 68).

Além do terror da ameaça do estupro, impõem a força masculina como um dos elementos para dominar o corpo da mulher: “Se resistisse podiam matá-la. Era assim então” (LISPECTOR, 1998, p. 68). Essa representação reforça o espaço público como um lugar perigoso para a mulher. Tal projeção é usada como justificativa para construção do “medo” de a mulher andar sozinha em espaços públicos, pois ela é “alvo preferido do assédio e da violência sexual nas vias e espaços públicos e com isso sente-se medo” (MACHADO, 2014b, p. 111).

Esse desejo dos dois faz parte de um código do sacrifício no qual o corpo da mulher é exposto como um símbolo da dominação da força, visto que: “O estupro é muito mais o lugar de exercício da afirmação da identidade masculina especular, em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina e reafirma o caráter sacrificial dos corpos das mulheres” (MACHADO, 1998, p. 251). Tentando fugir desse desejo sádico, Cidinha passa a usar uma performance de gênero, ela se

projeta com jeitos e hábitos de uma prostituta em um movimento de sedução para tentar se desqualificar socialmente.

Essa troca de papéis ressalta o que já tínhamos identificado no tópico anterior sobre a subjetividade como parte do processo de identificação de gênero. Ao se projetar como uma performance de prostituta, Cidinha tentava se desqualificar para seus agressores. Ela passa a usar o mesmo código social para se salvar. A questão de classe e aparência da vítima reforça o quanto a perversão e o sadismo fazem parte do ritual de imposição da masculinidade. Nesse caso, erotismo e sadismo se confundem, pois “o pensamento simbólico da violência da transgressão do interdito é o que constitui o erotismo” (MACHADO, 1998, p. 250).

O final do conto de Lispector aponta para essa perversão, pois mesmo tendo sido salva por sua performance de prostituta, Cidinha descobre que o estupro aconteceu com outra mulher, quando leu em um jornal: “Moça currada e assassinada no trem” (LISPECTOR, 1998, p. 70). Além disso, “o conto de Clarice Lispector vai além de descrever uma vítima do crime sexual, pois faz referência à dupla violência que as mulheres sofrem ao terem sido estupradas: a do criminoso e a da polícia que não investiga adequadamente esse tipo de crime, quando responsabiliza a mulher por atentado ao pudor” (GOMES, 2013, p. 09).

Nesse contexto cultural, o texto de Lispector retoma o debate em torno do corpo feminino como um objeto maculável sacrificável, visto que, na sociedade brasileira, há “a dominância de um pensamento que entende a sexualidade polarizada entre uns que são sujeitos e outras que são objetos maculáveis e sacrificiais parece ter os efeitos cruéis. Não se situam só no nível da fantasia” (MACHADO, 1998, p. 250). O sacrifício do corpo feminino é projeto como estratégia final de chegada de homens violentos.

Essa questão do corpo sacrificável é retomada de forma humorada por Marina Colasanti, no conto “Com a honra no varal”, da coletânea *Contos de amor rasgados* (1986). A autora retoma o debate sobre a violência contra a mulher a partir da questão da honra masculina, apresentando uma visão ácida desse tema, ao explorar a tortura psicológica como uma das faces da violência doméstica. O marido mantém a mulher em cárcere privado, após descobrir ser traído. De acordo com o título, a honra masculina está em jogo e nos remete à imagem da lavagem da roupa suja. A exposição da honra no varal tem um sentido ambíguo nesse conto, pois tanto pode ser lida como uma ironia, pois ele foi traído, como uma metonímia do feminicídio, visto que ele se prepara para executar a esposa.

Essa polissemia da linguagem literária nos convida a pensarmos a questão da honra como uma defesa da manutenção da violência de gênero. O conto descreve o castigo e a punição: “preparando-se para abrir o nicho na parede, não tinha dúvida: a esposa adúltera seria emparedada viva” (COLASANTI, 2010, p. 185). Essa representação nos proporciona uma reflexão maior sobre a crise da masculinidade diante da traição. A violência nesse caso é fruto da crise por que passa um indivíduo que perde seus parâmetros pessoais.

Para Moore, tal violência expõe a masculinidade como uma identidade em crise, que não aceita a flexibilidade das normas de gênero, pois “a violência é a consequência de uma crise na representação, tanto individual como social. A incapacidade de manter a fantasia de poder provoca uma crise na fantasia de identidade, e a violência é um meio de resolver essa crise porque age re-confirmando a natureza de uma masculinidade de outra maneira negada” (MOORE, 2000, p. 43).

Marina Colasanti brinca justamente com a crise de uma masculinidade negada. O conto é ambíguo e expõe a questão da honra como um alibi ultrapassado para o feminicídio. As etapas da punição mostram a versão masculina que tenta repetir

a identidade do vingador: “trancada no banheiro aguardava seu destino, ele, talhadeira em punho, esmerava-se no acerto justiceiro” (COLASANTI, 2010, p. 185). Ao descrever o assassino, de forma irônica, como um justiceiro, o conto ressalta seu olhar paródico.

Além dessa estrutura, a crise da representação pode estar relacionada à falta de condições de controlar a sexualidade da companheira, por isso passa a castigá-la. Essa falta de controle é resolvida por meio da violência como “resultado de uma incapacidade de controlar o comportamento sexual de outras pessoas, isto é, a administração que outras pessoas fazem de si mesmas enquanto indivíduos marcados por gênero” (MOORE, 2000, p. 39).

O sadismo do marido reforça a vontade insaciável de vingança quando a honra de um homem é exposta pela traição: “Ele antegoza o prazer que virá nos dias futuros” (COLASANTI, 2010, p.185). Tal representação ressalta o quanto o discurso social da vingança da honra faz parte do imaginário desse personagem. Inicialmente, há apenas uma estratégia de vingança e o alívio por estar executando-a.

Nesse contexto, a representação da violência está relacionada a um padrão cultural que reproduz a vingança como parte da punição da mulher quando a honra masculina é atingida, sendo, portanto, não só uma crise pessoal, mas “resultado do conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a esses modos de representação” (MOORE, 2000, p. 41). Marina Colasanti brinca justamente com essa questão de fazer parte de uma representação cultural, quando passa a descrever um sujeito masculino que demonstra fraqueza ao executar seu plano.

Isso acontece, quando de forma paródica ele desiste de seu desejo de vingança ao pensar na desorganização da casa. Ao pensar na necessidade de alguém para os afazeres domésticos, ele revisa seu plano fatal. Esse jogo entre o homem em

crise com a questão de honra e a necessidade da mulher em sua vida questiona os dois padrões culturais. A ambiguidade do texto explora esses comportamentos extremos e fixos.

Assim, Marina Colasanti apresenta uma postura feminista de questionamento paródico de tal brutalidade. Jogar e brincar com esses valores pode ser visto como uma estratégia estética que explora a imagem de homens vingadores que se questionam diante de seus crimes, a paródia dessa violência reforça o quão absurda é a manutenção de honrar a masculinidade em uma sociedade moderna em que as identidades estão sempre se adequando aos novos padrões comportamentais.

Observamos que, em “Com a honra no varal”, a autora problematiza as sombrias normas do sacrifício feminino em prol de estratégias de desrespeito ao direito de liberdade das mulheres. No plano interpretativo, há uma risada feminista ecoando no texto, visto que o marido só abandona o plano de feminicídio por uma questão doméstica. Tal riso reforça o quanto a violência é um código social de defesa de valores ancestrais e ultrapassados.

Considerações finais

Nos contos analisados de forma panorâmica quanto à representação da violência de gênero, identificamos diferentes intertextos culturais como suporte para a criação ficcional. As fronteiras entre o imaginário da violência na literatura não é muito diferente dos dados sociais explorados neste trabalho. Nélida Piñon, Clarice Lispector e Marina Colasanti produzem obras que retomam a violência de gênero como parte da violência social. Como visto, a ótica literária é questionadora e crítica ao produzir textos que brincam com os padrões de masculinidade a partir da imposição da força e da opressão para dominação das mulheres.

A proposta de releitura da violência contra as mulheres nos textos selecionados faz parte das estratégias de questionamento da desigualdade de gênero como um “padrão cultural que é aprendido e transmitido ao longo de gerações” (PASINATO, 2011, p. 230). Essa proposta passa pela revisão da violência de gênero como parte de um arquivo cultural, ressaltado pelo exercício da masculinidade opressora.

Além disso, identificamos o questionamento da masculinidade excessiva de um sujeito construído pela força e violência, seja no espaço privado, seja no espaço público, em que fantasias sexuais e a violência física e moral se confundem. Esses textos nos dão pistas de que a violência nasce com a crise da representação da masculinidade própria de episódios violentos. Essa crise é constatada pela manutenção da identidade masculina fixa vinculada à força e à honra.

Para finalizar, ressaltamos o quanto as abordagens antropológicas foram indispensáveis para dar sustentação a essa releitura pelo prisma da “crise identitária”, própria “de um sujeito ‘internamente’ diferenciado, constituído no e pelo discurso”. Essa perspectiva de que as marcas de gênero não são fixas reforça a premissa de haver “diversos discursos coexistentes” nessas escolhas e que “contradição” e o “conflito” fazem parte dessa construção (MOORE, 2000, p. 27). Diante dessa problemática, vale questionar o relativismo da diversidade cultural que insiste na defesa da honra e da violência como marcas da masculinidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pesquisa sobre a Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres.** São Paulo: Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, 2014.

BRASIL. **Lei Maria da Penha, nº 11.340**, de 07.08.2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Lex – Coletânea de Legislação e Jurisprudência: edição federal.

COLASANTI, Marina. **Marina. Contos de amor rasgados. 3. ed.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

GINZBURG, Jaime. A violência na Literatura Brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In SELIGMANN, Márcio et al. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, vol. 1, p. 123-135.

GOMES, Carlos Magno. Marcas da violência contra a mulher na literatura. **Revista Diadorim**. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 13, p. 1-11, 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. Trad. de Adelaine La Guardia Resende et all. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

LISPECTOR, Clarice. A língua do “p”. In LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 67-70.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro. **Cadernos Pagu**. Campinas, vol. 11, p. 231-73, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**. Campinas, vol. 42, jan-jun, p.13-46, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. O medo urbano e a violência de gênero. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia Monteiro; MOURA, Cristina Patriota de.(Orgs.) **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014b, p. 103-125.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**. Campinas, vol. 14, p.13-44, 2000.

PASINATO, Wânia. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, vol. 37, p. 219-246, 2011.

PIÑON, Nélida. Sangue esclarecido. In PIÑON, Nélida. **Sala de armas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RONCADOR, Sonia. Da solidariedade ao respeito: notas sobre a violência sexual na literatura de testemunho de empregadas domésticas. In SELIGMANN, Márcio et al. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: Letras, 2012, vol. 1, p. 229-238.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

GOMES, Carlos Magno. Violência de gênero e a crise da masculinidade. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 21, mai./ago., p. 33-48, 2016.

Recebido: 15.10.2016 – **Aprovado:** 20.11.2016